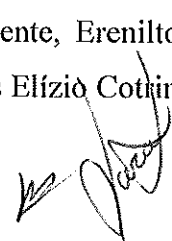
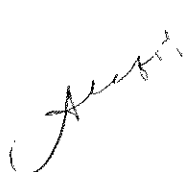
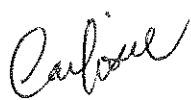


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO**  
**CONSELHO SUPERIOR**

Rua do Rouxinol, 115 - Bairro do Imbuí - CEP: 41720-052 - Salvador-BA  
mail:gabinete@ifbaiano.edu.br

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR**  
**DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - ANO 2012**

1 Aos seis dias do mês de junho de dois mil e doze, às 9h30min, após prévia convocação do  
2 Presidente do Conselho Superior, o professor Sebastião Edson Moura, reuniram-se na sala de  
3 reuniões da Reitoria do Instituto Federal da Bahia – IFBA, no Canela, os conselheiros abaixo  
4 listados, para tratar da seguinte pauta: PRONATEC; afastamento de Sebastião de Oliveira, servidor  
5 do IF Baiano para viagem ao exterior, com ônus para o *Campus* Santa Inês (Processo:  
6 23327.001390/2012-08); afastamento para o exterior da servidora Aline Lima, *Campus* Santa Inês;  
7 residências Institucionais; análise do Curso de Meio Ambiente do *Campus* Valença; alteração do  
8 PPC do Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria do *Campus* Guanambi (Processo:  
9 23327.001419/2012-43); análise dos cursos Técnico em Agrimensura – Subsequente (Processo:  
10 23327.000444/2012-29) e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – Subsequente  
11 (Processo: 23327.000449-2011-51), a serem ofertados no *Campus* Senhor do Bonfim; alteração da  
12 matriz curricular do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do *Campus*  
13 Governador Mangabeira (Processo: 23327.001475/2012-88); análise dos cursos técnicos  
14 subsequentes, na modalidade à distância: Alimentação Escolar, Secretaria Escolar, Multimeios  
15 Didáticos e em Infraestrutura Escolar, vinculados ao Profuncionário, conforme convênio celebrado  
16 entre o Instituto Federal Baiano – IF Baiano e o Instituto Federal do Paraná - IFPR, objetivando  
17 suas aprovações e o que ocorrer. Participaram da reunião os seguintes conselheiros: Carlos Magno  
18 Augusto Sampaio, Rosane Cardoso dos Santos Dias, Geovane Barbosa do Nascimento -  
19 representantes do corpo docente, José Marcos Chaves Menezes, Anderson Jambeiro de Souza -  
20 representantes dos servidores técnico-administrativos, Antônio Joaquim de Jesus Ribeiro Neto,  
21 Emerson Zambrano Lara, Matheus Cunha Santos - representantes do corpo discente, Erenilton  
22 Mendes Barbosa, Leurismar Marques Ferreira - representantes dos egressos e Carlos Elfzid Cotrim,



23 Aécio José Araújo Passos Duarte, Alex Batista Dias - representantes dos diretores gerais dos *Campi*,  
24 José Vasconcelos Lima Oliveira, representante do setor público, Aurina Oliveira Santana  
25 (Suplente), representante do Ministério da Educação, estavam também presentes Alberto Alves de  
26 Oliveira, Pró-Reitor de Extensão, José Carlos de Carvalho, Diretor de Ensino, Camila Lima Santana  
27 e Santana, Coordenadora Especial de Gestão da Educação à Distância, Nilton de Santana dos  
28 Santos, Presidente Substituto . Ao iniciar os trabalhos, o presidente do Conselho agradeceu a  
29 presença dos conselheiros e apresentou os seguintes informes: não autorização da viagem do aluno  
30 do *Campus* Catu para Cuba, devido a não regularização documental. Quanto à aquisição de tablet  
31 para os conselheiros, o presidente substituto informou que consultou o Procurador do Instituto, Dr.  
32 Osvaldo Almeida Neto, e este informou que não daria parecer sobre o assunto, já que se tratava de  
33 matéria da esfera administrativa. Leurismar reafirmou, novamente, a necessidade de aquisição dos  
34 tablet's, haja vista o volume excessivo de documentos enviados para leitura, por e-mail, aos  
35 conselheiros. O presidente ficou de estudar o assunto e disse que consultaria Procurador sobre a  
36 possibilidade de fornecer tablet para não servidores. Sobre o pagamento de Encargos de curso ou  
37 concurso – o presidente disse que este assunto já está encerrado, uma vez que ficou definido que os  
38 processos seriam devolvidos aos *Campi* para efetuarem o pagamento. Alertou, mais uma vez, sobre  
39 as aberrações encontradas nos processos. Por isso encaminhará para o Conselho a proposta de uma  
40 tabela com valores fixos para cada ação realizada pelas comissões. O conselheiro Geovane  
41 defendeu a padronização da carga horária para cada ação. Disse que não deve mais protelar. O  
42 conselheiro José Marcos perguntou por que alguns *Campi* ainda não pagaram. O conselheiro Alex  
43 disse que o seu Diretor de Administração e Planejamento está avaliando a possibilidade de  
44 pagamento pelo *Campus*, já que o recurso financeiro foi liberado para a Reitoria e, agora, o *Campus*  
45 não possui recursos para realizar o pagamento. O presidente do Conselho informou que o assunto  
46 será avaliado na próxima reunião do Colégio de Dirigentes. O conselheiro Aécio disse que após  
47 analisar os resultados do processo seletivo para novos alunos, verificou que 84% (oitenta e quatro  
48 por cento) dos aprovados são oriundos da zona urbana. Sugeriu que o Instituto realize uma prova  
49 específica para os candidatos ao curso de Técnico em Agropecuária. O conselheiro Carlos Elízio  
50 disse que o *Campus* Guanambi ainda não pagou por que estava seguindo as orientações contidas no  
51 despacho enviado pelo Gabinete. O conselheiro Leurismar informou que conversou com Darlan e  
52 que este informou-lhe que não havia pago porque estava seguindo às orientações do despacho  
53 enviado pelo Gabinete e também pela retenção dos recursos financeiros na Reitoria. Quanto aos  
54 resultados dos laudos sobre periculosidade e insalubridade dos *Campi*, Nilton informou que já havia  
55 assinado o despacho autorizando a Diretoria de Gestão de Pessoas a realizar o pagamento.  
56 Leurismar solicitou que fosse enviado uma cópia dos laudos para cada *Campus*. O presidente  
57 justificou a demora na conclusão dos laudos, motivada pelo pedido de exoneração do outro

Carla Air

Leurismar

Dr. Osvaldo

Dr. Nilton

Dr. Aécio

Dr. Carlos Elízio

Dr. Alex


Dr. Geovane

Dr. José Marcos

Dr. Aurina

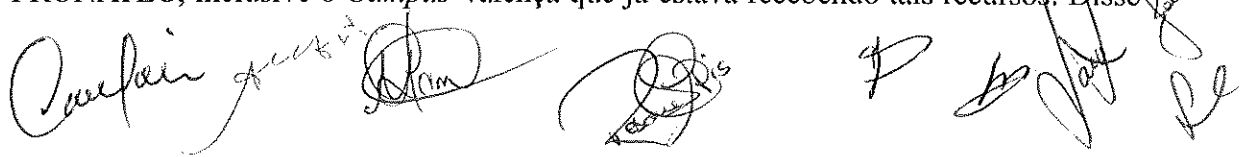
Dr. Camila

58 engenheiro, sobrecarregando o engenheiro Robson. O conselheiro Geovane se queixou da falta de  
59 “feed-back” do engenheiro aos *Campi*. O presidente explicou que já pediu celeridade nos  
60 pagamentos e que enviará brevemente uma cópia para os *Campi*. O conselheiro Anderson Jambreiro  
61 disse que, independentemente do laudo, o pagamento deverá ser feito retroativamente. O presidente  
62 ficou de verificar o amparo legal para fazer o pagamento retroativo. O conselheiro Anderson  
63 perguntou se seria necessário a solicitação do pagamento retroativo. O conselheiro José Vasconcelos  
64 informou que na UFBA o servidor tem direito ao benefício a partir da data da requisição. O  
65 Conselheiro Leurismar indagou por que, então, o *Campus* Santa Inês não estava pagando, já que  
66 possuía o laudo. O presidente ficou de encaminhar a demanda à DGP. O conselheiro Carlos Magno,  
67 que havia chegado naquele instante, justificou o seu atraso e solicitou que fosse retomado o assunto  
68 encargos de curso ou concurso. Disse que sempre soube que os valores seriam pagos pela Reitoria e  
69 questionou o quantitativo recebido quando da participação no processo seletivo de Santa Inês, a  
70 título de diárias. Informou que não estava correto. Nilton disse que Carlos Magno participou de  
71 todas as etapas do processo seletivo e que legalmente isso não é permitido. O Conselheiro Carlos  
72 Magno falou que o seu trabalho foi em vão e aproveitou para dizer que não tinha entendido porque  
73 alguns professores de Sociologia foram demitidos. Nilton explicou que o processo seletivo foi  
74 cancelado por não ter havido publicidade do edital. O Conselheiro Geovane disse que esse tipo de  
75 falha é inadmissível, pois compromete todo o processo. O conselheiro Carlos Magno solicitou que  
76 fosse formada uma comissão exclusiva para organização de curso ou concurso. A conselheira  
77 Aurina disse que a organização desse tipo de evento é difícil. Informou que os órgãos de controle  
78 não aceitam comissões permanentes. Exemplificou citando o cancelamento do concurso para área  
79 de pedagogia em Sergipe. O presidente disse que 80% (oitenta por cento) dos membros da comissão  
80 foram substituídos, porque havia vínculo dos servidores com futuros candidatos às vagas. O  
81 conselheiro Alex perguntou sobre a possibilidade de um membro do Conselho participar de uma  
82 Comissão de Encargos de Curso ou Concurso. O conselheiro Geovane sugeriu que fosse feita uma  
83 regulamentação, determinado os procedimentos a serem adotados pelas Comissões, evitando assim  
84 as anulações e demais problemas administrativos. Antes de iniciar a apresentação do Projeto  
85 PRONATEC, foi feita a leitura da Ata da reunião anterior, de 11/05/2012. **PRONATEC** - Alberto  
86 pediu paciência com relação às ações do PRONATEC. Disse que é preciso haver discussão,  
87 planejamento estratégico, cautela e prudência, pois o Programa é muito complexo. Em seguida  
88 exibiu as ações do Programa, traçando a retrospectiva de tudo que já havia sido feito e o  
89 cronograma das ações futuras. Os conselheiros fizeram algumas considerações sobre o  
90 PRONATEC. O Conselheiro Aécio disse que conversou com outros diretores sobre o projeto e que  
91 foram detectadas algumas inconsistências: medo com relação a qualidade dos resultados das  
92 formações, programa muito extenso e que não permite a visualização de resultados consistentes.

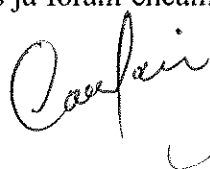
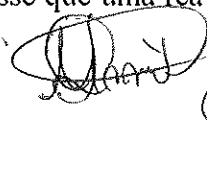
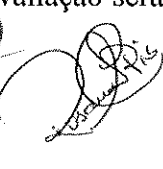


Handwritten signatures of several individuals, including names like Aurina, Roberto, and others, located at the bottom of the page.

93 Informou que pretende tratar os cursos oferecidos pelo programa de forma igual aos que são  
94 oferecidos pelo Instituto. O conselheiro Leurismar perguntou se a disponibilização do quantitativo  
95 de vagas para supervisores e apoio administrativo estava sendo por *Campus* ou por cursos, e  
96 também sobre os valores pagos pelos serviços prestados. O conselheiro Carlos Magno concordou  
97 com Aécio. Disse que o programa veio para resolver questões imediatas e questionou o tempo em  
98 que as coisas foram feitas, sem que fosse feito o levantamento das demandas com as comunidades.  
99 Perguntou quais eram os parceiros do IF Baiano no PRONATEC, quem irá atuar nos cursos, como  
100 seria resolvida a questão do transporte. Alertou para a sobrecarga dos professores do Instituto e falta  
101 de infraestrutura. O conselheiro José Marcos pediu esclarecimentos sobre a logística (transporte e  
102 alimentação). O Pró-Reitor Alberto disse que algumas coisas terão que ser aprendidas no desenrolar  
103 do processo. Quanto à questão do transporte, disse que será fornecido somente para levar o aluno da  
104 escola pública para o *Campus*, mas que não sabe como será o retorno do aluno para casa. Ficou de  
105 buscar parcerias com as Prefeituras do Estado. Disse que os cursos FIC, de execução mais rápida,  
106 serão realizados dentro de três a quatro meses, com previsão de início para a segunda quinzena de  
107 julho. O conselheiro José Marcos questionou se não haverá sobrecarga de horários dos docentes,  
108 dezesseis horas para os cursos regulares do Instituto e mais dezesseis horas para o PRONATEC e  
109 como será a prestação de contas dos recursos disponibilizados. Alberto disse que trará o financeiro  
110 de cada *Campus* para uma reunião como a PROEX na Reitoria, e que a participação dos docentes  
111 no programa dependerá de sua carga horária disponível, por isso cada *Campus* fará o controle da  
112 participação dos seus docentes. O Conselheiro Carlos Elízio disse que está otimista com o programa  
113 e que pode ocorrer dificuldades na compatibilização de horários dos servidores com os trabalhos do  
114 PRONATEC. Não acredita em compensação de horas. Sugeriu que o Instituto só pense em pactuar  
115 novos cursos após os resultados dos que já foram pactuados. O conselheiro Matheus falou da  
116 situação das EMARCS, que estão passando por vários problemas e que não têm mais como  
117 expandir, implantando novos programas. Esclareceu que, antes da implantação dos cursos  
118 concomitantes será preciso aprovar o projeto da Organização Didática. O conselheiro Antônio  
119 Joaquim solicitou melhorias para o *Campus* Santa Inês. O Conselheiro Anderson disse que o  
120 PRONATEC funciona de forma inversa, primeiro são tomadas as decisões e posteriormente são  
121 discutidas as ações. Criticou o expansionismo da rede. Perguntou como será a assistência estudantil  
122 e como lidar com os alunos do PRONATEC. Alberto informou que cada Coordenação de Extensão  
123 receberá um veículo que poderá ser utilizado para o transporte dos professores que se deslocarão até  
124 os pólos para ministrar as aulas do PRONATEC. Disse que tem preocupação com a  
125 incompatibilidade de horários e que vê o projeto como uma oportunidade, tanto para os alunos  
126 como para os servidores. Quanto ao questionamento de Matheus, disse que cada *Campus* receberá  
127 recursos do PRONATEC, inclusive o *Campus* Valença que já estava recebendo tais recursos. Disse

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Aécio', 'Lourival', 'José Marcos', 'Carlos Magno', 'Alberto', 'Carlos Elízio', 'Matheus', 'Antônio Joaquim', 'Anderson', and 'Reitor'.

128 para os Conselheiros que não teve alternativa em aderir, ou não ao programa, e que não concorda  
129 de que estava havendo inversão de ações. Disse também que o programa não prevê assistência  
130 odontológica e/ou psicológica para os alunos. O conselheiro Alex disse que o programa foi uma  
131 imposição do MEC, que tem como meta formar oito milhões de profissionais até o ano de dois mil e  
132 quatorze. Agradeceu a Alberto pelo empenho e disposição na realização do programa. Disse que não  
133 se sentia seguro para responder aos questionamentos da comunidade sobre o programa, por isso  
134 solicitou que fosse criada uma página no site do Instituto, com informações sobre o programa. A  
135 conselheira Rosane parabenizou Alberto pelo trabalho realizado. Disse que o programa envolve  
136 outras ações e que o Instituto não foi procurado para saber se iria aderir ou não ao programa.  
137 Solicitou que todos procurassem entender o processo, procurando contribuir e não somente buscar  
138 pontos falhos. O conselheiro Geovane parabenizou a PROEX pelo empenho feito até o momento no  
139 sentido de viabilizar o programa PRONATEC, concordando com o Pró-reitor de que o programa é  
140 muito complexo. Questionou a qualidade dos cursos que serão ofertados e a logística. Disse que os  
141 gestores precisam de mais informações para tomar decisões coerentes. Sugeriu que o Instituto  
142 reveja a oferta de cursos, após considerar a complexidade do programa PRONATEC e enfatizou sua  
143 preocupação em relação ao elevado número de cursos que a PROEX está pactuando neste início de  
144 projeto. Propôs que fosse diminuindo de 80 (oitenta) para 20 (vinte), uma média de dois cursos por  
145 *Campi*. O conselheiro José Vasconcelos parabenizou Alberto, questionando, em seguida, a  
146 realização do estudo de demanda e o processo de avaliação dos cursos. Alberto disponibilizou para  
147 os conselheiros o endereço de e-mail do PRONATEC e disse que já havia solicitado à Diretoria de  
148 Gestão da Tecnologia da Informação – DGTI para alimentar a página com informações. Respondeu  
149 que não houve tempo hábil para fazer o estudo de demanda e que poderá estudar uma possível  
150 redução de ofertas de cursos. Sobre o processo de avaliação dos cursos e das pessoas, disse que já  
151 está montando. O presidente disse que o PRONATEC também está sendo discutido no CONIF e  
152 que vários reitores não foram a favor da implantação do programa, mas que não houve outra opção,  
153 senão, aderir ao programa. Disse que falhas existem, mas que o processo do IF Baiano está sendo  
154 feito de forma planejada. Referiu-se à lentidão do governo em solucionar os problemas dos  
155 Institutos. Pediu entendimento dos Conselheiros diante da situação do PRONATEC. O conselheiro  
156 Carlos Magno solicitou que fosse agendada uma nova reunião do Conselho Superior para discutir o  
157 programa PRONATEC. Disse que não acredita no programa. O presidente justificou, dizendo que o  
158 edital chegou pronto e que infelizmente o Instituto teve que aderir ao programa. O conselheiro  
159 Geovane, novamente, solicitou que fosse reduzida a oferta dos cursos. Alberto disse que foi o  
160 Conselho Gestor do PRONATEC quem definiu o quantitativo dos cursos a serem ofertados. O  
161 presidente disse que a redução da oferta de cursos não será possível, uma vez que os cursos pré-  
162 pactuados já foram encaminhados. Disse que uma reavaliação será feita. O conselheiro Aécio disse







163 que será prematuro um corte agora e que o mais prudente seria garantir o que já foi pactuado,  
164 corrigindo o que está para ser feito. Solicitou uma reunião extraordinária do CONSUP para discutir  
165 o tema, mas que os *Campi* tragam dados sobre o assunto. Solicitou que não fossem pactuados novos  
166 cursos. Alberto informou que as coordenações de extensão terão que informar a capacidade de  
167 adesão dos seus *Campi* e que a pactuação só acontece com a concordância dos diretores. O  
168 presidente solicitou que o Comitê Gestor analise e reavalie a necessidade de ofertas de novos  
169 cursos. Verificando que a pauta estava muito extensa, o Colegiado decidiu suprimir os seguintes  
170 itens: residências institucionais e análise do Curso de Meio Ambiente do *Campus* Valença.  
171 **Afastamento de Sebastião de Oliveira, servidor do IF Baiano para viagem ao exterior** - O  
172 servidor Sebastião apresentou-se e justificou a ausência da professora Aline dos Santos Lima. Disse  
173 que a professora discordou da necessidade de apresentar o seu trabalho de pesquisa aos membros do  
174 Conselho, uma vez que o colegiado nem sempre terá profissionais qualificados da mesma área em  
175 que os trabalhos apresentados serão submetidos, para deliberar sobre o assunto. O professor  
176 Sebastião também fez críticas ao procedimento deliberado pelos membros do CONSUP. Em  
177 seguida, fez a apresentação do seu trabalho de pesquisa. O presidente justificou a necessidade da  
178 apresentação para verificar a importância do trabalho do servidor para a Instituição, uma vez que os  
179 recursos para pagamento de diárias e passagens estão escassos. A conselheira Rosane disse que a  
180 intenção do conselho não é de emitir parecer técnico, mas sim verificar a relevância dos trabalhos  
181 para a Instituição. O Conselheiro Geovane argumentou que o problema a ser resolvido nestes casos  
182 deveria ser quanto ao orçamento que cada *Campi* disponibilizará para capacitação e/ou qualificação  
183 de seus servidores, e entendia que o que cabe ao CONSUP é autorizar o servidor a fazer a viagem  
184 internacional, não cabendo, por outro lado, a aprovação. Disse que o problema maior é a falta de  
185 recursos financeiros e que a questão de avaliar o trabalho do professor atrelada a apreciação e/ou  
186 avaliação de artigo, sendo este já avaliado e aprovado pelo evento internacional. O presidente  
187 informou que os *Campi* têm autonomia para avaliar e aprovar mas, infelizmente, estão enviando  
188 para autorização via Reitoria. O conselheiro Alex questionou o que fazer quando não houver  
189 recursos e quais critérios adotar para preterir um servidor a outro. O conselheiro José Vasconcelos  
190 informou que na UFBA cada unidade de ensino recebe os recursos, com um teto fixo. Acabando tais  
191 recursos os servidores não viajam. O servidor Sebastião afirmou ser favorável que os *Campi*  
192 deliberem sobre o assunto. O conselheiro Geovane solicitou que o Conselho reveja a decisão. O  
193 conselheiro Aécio disse que existe a deliberação do Conselho pela necessidade da vinda do servidor  
194 ao Colegiado e que não deverá existir decisões diferentes, até que o Conselho reveja a decisão.  
195 **Alteração do PPC do Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria do *Campus* Guanambi**  
196 - A professora Normane Mirele Chaves da Silva, Coordenadora do Curso de Agroindústria,  
197 apresentou o projeto, justificou o motivo de solicitar as alterações: adequação do curso às

Carfari

Geovane

D

Le

Carfari

Alex

Geovane

198 orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, uniformização da matriz  
199 curricular, necessidades dos discentes e reconhecimento do curso pelo MEC. O conselheiro Alex  
200 perguntou sobre a capacidade do comércio e indústria local em absorver a mão de obra dos futuros  
201 alunos, como estagiários e posteriormente, como profissionais. A professora Normane disse que,  
202 nas proximidades do *Campus* não existiam muitas possibilidades. O conselheiro Carlos Elzidio disse  
203 que o aluno tem que pensar em ir para outras regiões onde há demanda por esse tipo de mão de  
204 obra. O conselheiro Alex questionou, então, porque aprovar um curso em que o mercado de trabalho  
205 da região não tem capacidade para empregabilidade dos profissionais. A conselheira Rosane  
206 perguntou se a falta de vagas para estágio estava vinculada às aulas práticas. Disse que sentiu falta  
207 na matriz curricular apresentada direcionada para o aluno atuar no mercado de trabalho. Perguntou,  
208 também, sobre o preparo do aluno para lidar com as novas tecnologias. A professora Normane  
209 informou que, embora não tenha falado sobre o assunto, foram incluídas as matérias de marketing e  
210 empreendedorismo e cooperativismo. O conselheiro Emerson disse que a criação de uma empresa  
211 júnior poderia solucionar a questão do estágio supervisionado. A conselheira Rosane sugeriu que as  
212 atividades de pesquisa e extensão fossem consideradas como estágio. O conselheiro Geovane  
213 perguntou qual foi a demanda candidato x vaga. A professora Normane respondeu que foram  
214 setecentos candidatos inscritos para quarenta vagas ofertadas, via ENEM. O conselheiro Geovane  
215 chamou a atenção para sobre a falta de tempo destinado para os estudantes participarem de projetos  
216 de pesquisa e extensão, pois as matrizes curriculares dos cursos não previam e/ou disponibilizar  
217 tempo para tais atividades. O conselheiro Matheus perguntou se houve a socialização das alterações  
218 com a comunidade discente. A professora Normane disse que sim. O conselheiro José Vasconcelos  
219 disse que a dificuldade em arranjar postos de estágios está atingindo vários cursos, devido a nova lei  
220 de estágio. Em seguida o presidente colocou o item da pauta em votação. Foi aprovado por  
221 unanimidade, sem nenhuma abstenção. **Análise dos cursos Técnico em Agrimensura –**  
222 **Subsequente (Processo: 23327.000444/2012-29) e Técnico em Manutenção e Suporte em**  
223 **Informática – Subsequente (Processo: 23327.000449-2011-51) a serem ofertados no *Campus***  
224 **Senhor do Bonfim, e alteração da matriz curricular do curso Técnico em Manutenção e**  
225 **Suporte em Informática-*Campus* Governador Mangabeira (Processo: 23327.001475/2012-88)**  
226 – A título de esclarecimentos, o conselheiro Aécio informou que os cursos de Técnico em  
227 Agrimensura e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, ambos na modalidade  
228 subsequente, já haviam sido aprovados pelo Conselho. Assim, restava somente acrescentar o  
229 resultado da audiência pública e que o curso de Agrimensura só será implantado após a realização  
230 do concurso público. Postos em votação, foram aprovados por unanimidade, sem abstenções.  
231 **Análise dos cursos técnicos subsequentes, na modalidade à distância: Alimentação Escolar,**  
232 **Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos e em Infraestrutura Escolar, Vinculados ao**

Conféir

Aécio

Emerson

Geovane

Matheus

Normane

Rosane

José Vasconcelos

233 **Profuncionário, conforme convênio celebrado entre o IF Baiano e IFPR** - A professora da  
234 PROEN, Camila Santana, apresentou o histórico das ações do programa, implantado desde março  
235 de dois mil e onze, os objetivos, cursos ofertados pela rede e-TEC, carga horária e o quantitativo de  
236 vagas por curso. O conselheiro Leurismar pediu mais informações sobre os cursos: modalidade de  
237 ensino e instrutores. O conselheiro Geovane perguntou como foi feito o estudo de demanda e se este  
238 programa previa algum recurso para melhoria da infraestrutura dos *Campi*. Camila respondeu que o  
239 Instituto já recebeu tudo pronto pelo Governo do Estado e que os *Campi* foram consultados sobre a  
240 possibilidade de implantação dos cursos. O conselheiro Matheus perguntou por que o *Campus*  
241 Valença não irá oferta os cursos. O conselheiro Geovane relatou que o *Campus* Uruçuca reservou  
242 uma sala para uso exclusivo do ensino EAD (red e-TEC) e que houve problemas quanto ao uso da  
243 referida sala, pois alguns professores precisaram utilizar a referida sala para ministrarem suas aulas  
244 no período diurno; relatou também que a maior sala do *Campus*, que é utilizada como auditório,  
245 teve seu espaço reduzido para adaptação de uma outra sala de aula, e que isto também tem trazido  
246 problemas para os docentes e discentes. O Conselheiro Geovane concluiu dizendo que estava  
247 surpreso em saber que o Campus Uruçuca iria ofertar mais cursos EAD, e que entendia que na  
248 conjuntura atual o Campus Uruçuca não tem as condições necessárias para reservar mais salas,  
249 exclusivas para EAD, e que a ampliação da oferta de cursos deveria acontecer condicionada a  
250 melhoria de infraestrutura mínima e necessária. O conselheiro Anderson questionou como foram  
251 selecionados os tutores, se os cursos ainda não tinham sido aprovados. Camila disse que os cursos  
252 estavam sendo ofertados desde dois mil e onze e que por isso os tutores já haviam sido  
253 selecionados. O conselheiro Anderson mostrou-se preocupado com estas novas ofertas de cursos,  
254 uma vez que em Santa Inês está havendo uma evasão muito alta dos alunos do curso EAD. O  
255 presidente do Conselho disse que os cursos são importantes, haja vista a necessidade do mercado  
256 por profissionais. Em seguida colocou o projeto de implantação dos cursos em votação. Foi  
257 aprovado por 15 votos a favor e uma abstenção. **O que ocorrer - Os conselheiros Carlos Magno e**  
258 **Anderson Jambeiro solicitaram como item extra de pauta a Progressão Docente e a Jornada**  
259 **de Trinta Horas para os Técnicos Administrativos em Educação (TAES)**. O conselheiro Carlos  
260 Magno protocolou o documento para que o Colegiado aprovasse a apreciação e votação desses  
261 assuntos no item "o que ocorrer". Posteriormente fez a leitura do documento (legislação aplicada ao  
262 tema em questão). O conselheiro Alex disse que os conselheiros não tiveram acesso prévio ao  
263 documento e sugeriu que o assunto fosse discutido na reunião do Colégio de Dirigentes. O  
264 conselheiro Carlos Magno disse que esse assunto já havia sido debatido por várias vezes e achava  
265 que seria possível votar naquele instante. O Conselheiro Aécio, então, colocou em questão duas  
266 situações a serem analisadas pelo Colegiado: a) colocar os temas citados como pauta extra b) votar  
267 um assunto sobre o qual não houve discussão prévia. O conselheiro Geovane ponderou, dizendo que

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Carlos Magno', 'Anderson', 'Alex', 'Aécio', and 'Geovane'.



268 a não progressão dos professores era injusta, pois afeta o princípio da isonomia salarial entre  
269 docentes com a mesma titulação, o que tem causado desânimo e insatisfação pela carreira docente  
270 dos Institutos Federais. Informou que havia consultado o procurador do Instituto, Dr. Osvaldo  
271 Almeida Neto, sobre a problemática progressão e sobre a competência do CONSUP em deliberar  
272 sobre esta questão, e que o procurador afirmou que não daria parecer sobre um assunto que ainda  
273 não havia sido regulamentado. O conselheiro Geovane concluiu que o CONSUP, apesar de ser um  
274 órgão consultivo e deliberativo, não tinha competência para deliberar sobre questões da esfera  
275 administrativa, mas fez o encaminhamento para que os conselheiros aconselhassem o presidente do  
276 CONSUP a decidir favoravelmente pela concessão da progressão. O conselheiro Anderson  
277 Jambeiro argumentou que não havia necessidade do envio antecipado do assunto como ponto de  
278 pauta, uma vez que o Conselho tem recebido documentos para serem discutidos sem obediência aos  
279 prazos mínimos exigidos pelo regulamento. O presidente do Conselho, Sebastião Edson, reafirmou  
280 a sua decisão de não colocar em votação o ponto de pauta acima referenciado, pois teme pelas  
281 consequências de ato, ainda que fique mal visto pelos servidores docentes. O conselheiro Carlos  
282 Magno questionou a decisão do presidente do Conselho, solicitando a isenção do Colegiado diante  
283 da decisão do Presidente. Disse que entendia a insegurança do Reitor, mas que existiam servidores  
284 também preocupados e inseguros com o futuro profissional, já que investiram em mestrados e  
285 doutorados e não estavam sendo remunerados por isso. Solicitou que o Conselho, a Procuradoria e a  
286 Reitoria se posicionassem sobre o assunto oficialmente. O conselheiro Geovane disse saber da  
287 limitação daquela casa em deliberar sobre atos administrativos. Insistiu que o seu encaminhamento  
288 fosse colocado em votação e que os conselheiros se manifestassem através do voto, orientando o  
289 presidente do colegiado a decidir favoravelmente pelo pagamento da progressão por titulação dos  
290 docentes. O presidente do Colegiado fez a leitura de um documento enviado pela Procuradoria  
291 Geral da União responsabilizando os reitores, única e exclusivamente pela decisão em conceder a  
292 Progressão DI para DIII. Carlos Magno argumentou, informando os nomes dos Institutos que já  
293 estavam pagando pela titulação dos docentes e lamentou a forma pela qual terminou a reunião. O  
294 conselheiro Anderson perguntou sobre a implantação da jornada de 30 horas para os Técnicos  
295 Administrativos. O presidente disse que este assunto será tratado na próxima reunião do Colégio de  
296 Dirigentes em Bom Jesus da Lapa. O conselheiro Carlos Magno, mais uma vez, cobrou um  
297 posicionamento do Conselho sobre a progressão docente e a jornada de 30 horas para os TAES, fato  
298 não ocorrido em virtude da falta de quorum mínimo para votação. O conselheiro Geovane pediu  
299 questão de ordem para a mesa e solicitou que fosse registrado em Ata o motivo pelo qual seu  
300 encaminhamento não foi colocado em votação e propôs que as próximas reuniões do Conselho  
301 possam ser gravadas em áudio e vídeo. O conselheiro Carlos Magno pediu que fosse registrada em  
302 Ata o seu apoio público à greve deflagrada pelo SINASEFE e demais entidades de representação



303 dos trabalhadores da educação federal e do serviço público federal; o seu reconhecimento público  
 304 da manifestação dos estudantes do *Campus* Santa Inês no dia cinco de junho de 2012; a sua moção  
 305 de apoio ao movimento grevista dos professores da rede estadual da Bahia; o seu repúdio às ações  
 306 do Governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner, pelo tratamento dispensado aos trabalhadores  
 307 em greve e questionou a não publicação de suas mensagens eletrônicas enviadas à ASCOM na  
 308 página do Instituto. Mais nada a registrar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião e solicitou  
 309 que fosse lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, JOÉLITA  
 310 PEREIRA OLIVEIRA, Secretária dos Colegiados e pelos membros do Conselho Superior.  
 311 Salvador, 06 de junho de 2012.

312 xxx.

313 *Faculdade Penury Aluna, fe De 6 No, Escrito*  
 314 *Antonio José Marcos das Neves*  
*Mathus Cunha Santos*  
*Robson Augusto dos Santos Dias*  
*Luiz Tatiana Reis*  
*Paulo*  
*Guilherme*  
*Carlos Wagner Fergnito Sampaio*